

6 – AS VIRTUDES E O PECADO

1- As virtudes morais

a) Virtudes intelectuais e virtudes morais

Em termos gerais a virtude pode ser definida como hábito operativo bom (S,Th., I-II q. 55, a. 3).

Um hábito operativo é uma disposição estável de uma faculdade humana (a inteligência, a vontade, os apetites da sensibilidade), pela qual esta fica bem ou mal estruturada em ordem às ações que são próprias.

Os hábitos que aperfeiçoam as faculdades humanas são as virtudes; os hábitos que invés as degeneram, são os vícios.

As virtudes aperfeiçoam as potências operativas afim de que estas possam realizar as ações boas e também excelentes com facilidade, prontidão, prazer e naturalidade em diversas circunstâncias e de frente a diversos objetos. Neste sentido, para Aristóteles a virtude é isto que rende bom quem a possui e torna boa a sua obra (Ética a Nicômaco, II, 6: 1106 a 15 ss).

Todas as virtudes, enquanto são hábitos operativos, se distinguem dos hábitos entitativos, que são qualidades que disponham bem ou mal a natureza do homem, e não diretamente as faculdades; assim, por exemplo, a graça santificante são hábitos entitativos sobrenaturais, infuso da parte de Deus, que eleva a natureza humana rendendo-a princípio mediato das ações próprias dos filhos de Deus.

Entre os hábitos operativos (virtudes) se distingue as virtudes sobrenaturais ou infusas, que o homem recebe de Deus como um dom ligado a graça, e as virtudes humanas ou adquiridas pelo homem através o exercício e o esforço pessoal.

As virtudes humanas ou adquiridas podem ser intelectuais ou morais. As virtudes intelectuais agem na razão e a aperfeiçoam seja no seu aspecto especulativo seja no aspecto prático. As virtudes morais aperfeiçoam a vontade e as tendências. A prudência, justiça, fortaleza e temperança são as principais virtudes morais, ditas também cardiais.

b) Definição de virtude moral

O ser humano possui um desejo inato de chegar a plenitude da condição humana. Busca a santidade, a união com Cristo e a esperança e a caridade, que a deseja e ama.

A virtude moral é um hábito eletivo que significa em relação a escolha, que é um ato da vontade, que consiste na determinação da ação a cumprir em ordem de um fim. O hábito eletivo é o hábito da boa escolha, ou também, da boa escolha da ação.

Para falar de uma ação virtuosa ocorre não somente um ato exterior adequado a norma, mas também um determinado modo de agir, que corretamente se requer: saber aquilo que se faz; escolher interiormente a obra enquanto tal, enquanto boa; agir com firmeza e constância.

Em vista destas três características, se pode considerar que a virtude moral se adequa a liberdade própria do agir que essa aperfeiçoa; antes, as virtudes morais são em si mesmo, princípio de ação eletiva: qualquer um acha elegível o tipo de ação a qual é inclinado do próprio hábito, dado que isto lhe rende conatural e amável o seu objeto (S. Th., I-II, q. 78, a. 2).

A ação virtuosa se realiza facilmente, mas não instantaneamente ou automaticamente, mas sempre de modo eletivo, porque assim agem as faculdades as quais estas virtudes são inerentes.

2- Aperfeiçoamento habitual da escolha através das virtudes morais.

a) As duas dimensões da virtude moral

Procuramos entender como as virtudes morais possam aperfeiçoar habitualmente as escolhas humanas. Expressando sinteticamente, tais perfeições é somente possível se, de uma parte, venham garantidas os princípios da escolha excelente e, do outro, venham tirados os obstáculos que dessa se oponham.

A perfeição habitual das escolhas humanas requer: 1) A intenção habitual de um fim reto, e a remoção dos obstáculos que a tal intenção se oponham. Isto comporta que as tendências e a vontade são retamente ordenadas de modo estável. 2) A capacidade habitual de individualizar a ação ou as ações através das quais o fim reto possa ser realizado aqui e agora, e a neutralização dos elementos que são obstáculo para a individualização da escolha justa. 3) A realização e a escolha da ação indicada do juízo prudente.

Exemplo: um advogado que é habitualmente dominado de uma deformação da tendência de ser estimado pelos outros. A deformação habitual da intencionalidade de fundo desta tendência é um princípio repetitivo de uma escolha errada: cada vez deve estudar a estratégia a seguir, para continuar as aparências, preso às suas próprias convicções, obstinado a sua própria opinião; o desejo que a sua opinião prevaleça e venha feita pelos outros. As virtudes pode ajudar a pessoa a ver os erros.

b) A dimensão intencional da virtude: a prudência pressupõe as virtudes morais

Os hábitos morais aperfeiçoam em primeiro lugar a intencionalidade básica das tendências e da vontade na medida na qual cada pessoa necessita.

Às dimensões intencionais das virtudes, são quando se afirma que as virtudes morais são o pressuposto necessário da prudência. Quer dizer que as tendências e a

vontade não são estavelmente bem ordenadas, não somente não seria possível realizar isto que é bom, mas nem sequer suceder a individualizar as coisas que seria bom fazer em um caso concreto.

A pessoa habitualmente dominada pela sede de poder ou de dinheiro, ou também pelo desejo de prevalecer sobre os outros, agirá de modo errado com grande naturalidade, sem conseguir entender que deveria haver agido diferente.

Exemplo: Se pode ser um bom matemático sem ser corajoso ou sem ser sóbrio. As virtudes intelectuais podem existir sem as virtudes morais, mas não sem a prudência.

c) A formação das virtudes

Crescimento ou diminuição dos hábitos – As virtudes humanas e os vícios se adquirem e aumentam pela repetição dos atos.

As virtudes diminuem e si perdem mediante a realização de atos contrários aqueles das virtudes. Deste modo é gerado na potência um novo hábito, o vício, que anula a virtude oposta, como por exemplo, justiça e injustiça, não podendo coexistir na mesma faculdade.

As virtudes infusas

a) Existência das virtudes infusas

A Revelação e a doutrina da Igreja ensinam que Deus transforma o homem redimido em uma nova criatura e o rende capaz de agir como filho de Deus em Cristo mediante o Espírito Santo. A elevação sobrenatural abraça a inteira humanidade da pessoa, inclusive as faculdades operativas.

Os princípios fundamentais imediatos da vida sobrenatural que o Espírito Santo infunde no homem são as virtudes teologais ou divinas, isto é a fé, a esperança e a caridade. Estas três virtudes divinas informam as virtudes morais, adequando-as às exigências da vida de Cristo.

As virtudes infusas dão ao homem a capacidade radical de fazer uma escolha válida em ordem ao progresso da vida cristã e à vida eterna, mas que não dão a facilidade característica do hábito adquirido.

b) Os dons do Espírito Santo

A revelação mostra um outro e mais elevado modo de agir, que se verifica quando Deus mesmo age em nós que são os dons do Espírito Santo

c) Os carismas – dons gratuitos.

A relação entre virtudes humanas e infusas

Esta relação depende da mutua coordenação entre natureza e graça:

- Se existe uma distinção entre o agir moral natural e o sobrenatural, na vida cristã se dá um influxo recíproco entre virtudes humanas e virtudes infusas: empregadas no empenho concreto pela santidade.

- Depois do pecado, a pessoa não pode perseverar no bem moral natural, considerado na sua completude, sem a ajuda sobrenatural; e de consequência as virtudes naturais possam chegar a sua perfeição somente com a ajuda da graça (Cat. n. 1810).

- A virtude sobrenatural infusa facilita a obtenção da correspondente virtude humana, pois o Espírito Santo move e conduz a pessoa em graça no seu ser global, e assim quando coloca em prática as virtudes nele infusa, desenvolve também os elementos da correlativa virtude natural.

- O dinamismo completo do agir concreto pela santidade exige a presença de ambos os tipos de virtudes: as adquiridas e as infusas. Que uma não será completa sem a outra, a virtude humana não será nunca plena sem a ajuda sobrenatural; Mas também a virtude infusa, sem a relação da correspondente virtude humana, sentiria a falta da autêntica perfeição: a graça pressupõe a natureza e, embora a divinização seja operada por Deus, o homem deve cooperar. As virtudes humanas em certo sentido apoiam e estimulam o exercício daquelas infusas.

O Crescimento das virtudes infusas

O crescimento das virtudes infusas, ao mesmo modo que a sua aquisição, não depende tanto do agir humano, quanto da graça de Deus. Todavia os atos de uma virtude sobrenatural não asseguram a virtude adquirida. Por isso o homem deve dispor-se pessoalmente a tal desenvolvimento respondendo com generosidade aos dons já outorgados pelo Senhor, porque as obras boas da pessoa em graça merecem o crescimento da graça e das virtudes.

3 – O PECADO

Definição agostiniana de pecado: “um ato, uma palavra ou um desejo contrário a lei eterna (Contra Faustum, 22, 27).

Podemos evidenciar dois aspectos da ação pecaminosa: O primeiro é que o pecado é um ato humano; isto é um ato livre, realizado portanto, com a suficiente advertência e consenso: tudo isto que diminui a liberdade diminui também a razão do pecado.

O segundo consiste no fato que o pecado é um ato humano contrário a lei de Deus (1 Jo. 3, 4). Em termos gerais, se pode afirmar que é pecado qualquer ato humano oposto a regra moral, também a reta razão ou também a uma lei humana, civil ou eclesiástica.

Se considerarmos o eterno desígnio salvífico de Deus, Deus mira a santidade dos homens, que deve ser conseguida através da prática das virtudes teologais e morais, podendo definir pecado como um ato contrário às virtudes éticas (naturais e sobrenaturais), que rompe a comunhão do homem com Deus em Cristo e, conseqüentemente, impede de chegar a plenitude definitiva da filiação divina.

Aversão a Deus e conversão às criaturas

Apresenta dois elementos: um formal e o outro material. O objeto formal é a aversão a Deus; o elemento material é a conversão às criaturas.

A aversão quer dizer separação. Não se peca por querer se opor ao bem, mas se faz por desejo de um bem finito não ordenado segundo a regra das virtudes. O pecador quer o bem limitado que uma criatura pode oferecer e, por possuí-lo, se distancia de Deus que é o bem infinito e o nosso verdadeiro e definitivo bem.

Acontece também que a pessoa se deixa seduzir de um bem limitado que é contrário ao seu bem integral e, portanto, ao querer divino, e para tê-lo não importa de se opor a regra ou a norma moral.

Do ponto de vista teológico, a raiz do pecado se encontra no duvidar de Deus, de não reconhecê-lo como Senhor e bem absoluto. Assim a base de todo o pecado se descobre no amor próprio e na desconfiança em Deus, pelo qual o homem procura a própria satisfação no uso desordenado dos bens terrenos.

Porque o pecado é sempre um distanciar-se de Deus?

O pecado mortal é o distanciamento e a ruptura da comunhão com Deus. Os atos opostos às virtudes são objetivamente incompatíveis com a tendência da vontade em direção a Deus.

O Espírito Santo presente no cristão imprime na alma um real dinamismo interior em direção às obras virtuosas, e assim não é objetivamente possível colocar uma ação pecaminosa (contrária as virtudes, também morais) sem resistir e opor-se realmente ao dinamismo divino (graça) presente em nosso coração. O pecado é uma real oposição e resistência à graça do Espírito Santo.

4 A divisão dos pecados:

Estas duas terminologias estão indicadas pela Sagrada Escritura, pela tradição da Igreja, pelos teólogos católicos e pela e mesma razão humana, onde o magistério ensina a existência dos pecados mortais e veniais (1 Jo 5, 16-17).

A razão do pecado se acha plenamente no pecado mortal e, em modo imperfeito, naquele venial: o pecado mortal é em tudo incompatível com a graça e a caridade, e, portanto, implica a separação de Deus. O pecado venial não é incompatível com a caridade, mas a debilita: o pecado mortal faz perder a vida divina na alma, e o venial somente esfria e rende difícil o exercício das virtudes infusas; como consequência, só o pecado mortal desvia o ingresso no reino dos céus.

Assim, podemos chamar pecado mortal, este ato, pelo qual um homem, com liberdade e consciente, rejeita Deus, a sua lei, a aliança de amor que Deus propõe, preferindo voltar a si mesmo, a qualquer realidade criada e finita, a qualquer coisa de contrário ao querer divino (Conversão as criaturas).

- Condições para o pecado grave – Afim de que um pecado seja grave se requer três condições: matéria grave, advertência plena e perfeito consentimento, Todas as três condições devem acontecer simultaneamente.

A matéria de uma ação pecaminosa é grave quando o ato moral é por si incompatível com a caridade, e que advém de qualquer ato oposto de uma exigência essencial de uma virtude moral ou teologal.

Pela gravidade da sua matéria, os pecados possam ser: mortais em todo o seu gênero, é aquela que sendo importante, oposta a exigência essencial de uma virtude, não é nem ao menos divisível, por isso, quando se realiza, a pessoa tem sempre a fazer como um todo único, por exemplo: a honra de Deus e a vida humana; neste sentido, a blasfêmia, o ódio contra Deus, o tirar a vida de um inocente, constitui uma matéria do todo, em gênero grave.

A matéria de gênero grave é uma matéria importante, mas divisível, e que, portanto coloca pequenas matérias; por exemplo, o furto e a injúria.

A matéria de gênero leve, é uma matéria que por si comporta uma modesta entidade: por exemplo, uma mentira piedosa não danosa.

2) Pecados internos e externos

Pecados externos são aqueles que venham cometidos com uma ação que pode ser observada do externo (furto, adultério e etc.).

Os pecados internos ficam ao interno do homem: no pensamento, na vontade ou nos sentidos internos (fantasia e etc.) sem exprimir-se nas ações externas.

A existência dos pecados internos é indicada por Jesus em Mt. 5, 28. De fato o ato moral é propriamente o ato interno da vontade, por isso os atos puramente interiores possam ser pecados e também pecados graves.

Os pecados internos podem ser distintos em três tipos: a) pensamento consentido: um querer pensar ou imaginar um determinado ato imoral, na sua formalidade de malícia. Os maus pensamentos, orgulho e vaidade, impureza, possessão de riqueza, etc., envenenam moralmente o homem, pervertendo-o sempre em medida crescente.

O desejo: não se trata tanto da decisão de cumprir uma ação, quanto de um desejo interior e genérico no qual a pessoa se congratula. O desejo mal tem como exemplo a pessoa que tem fome de riqueza, sede de poder, se distancia de Deus e do próximo e coloca a pessoa no perigoso declive do mal.

A satisfação, pelo ato cumprido: significa se alegrar de qualquer coisa realizada no passado sem assumir necessariamente a decisão de fazer ainda uma vez.

3) O pecado social e a responsabilidade coletiva

A revelação ensina a existência de um “pecado do mundo” e de certa responsabilidade social dos pecados (Cat. 408). Pode-se falar do pecado social em um triplice sentido: cada pecado, também o mais oculto, resguarda toda a sociedade; existem pecados que golpeia mais diretamente a vida social; existem situações coletivas que levam ao pecado.

Em um sentido rigoroso, a responsabilidade moral se reconduz sempre a responsabilidade individual de um ou mais sujeito.

Outras divisões dos pecados:

- Original e atual – O pecado original é aquele cometido dos primeiros pais, transmitido por herança a todos os homens; é uma desordem interna em todas as pessoas no instante da concepção. Pecado atual é aquele cometido do sujeito mesmo e do qual ele é plenamente responsável.

- Formal e material: O primeiro é a vontade e, portanto, culpável – transgressão da lei divina. O pecado material é um ato objetivamente desordenado no qual falta a devida voluntariedade, por ignorância invencível, por violência externa ou por falta o uso da razão. O pecado material não rende o sujeito culpado, mas enquanto ato desordenado produz um dano objetivo.

- Ato pecaminoso e estado de pecado – O ato pecaminoso é um ato da vontade que se escolhe contra o bem humano e a lei moral. Tal ato procura na pessoa um estado

que é a desordem deixada no pecador, como ofensa de culpa e de pena e, no pecado mortal a privação da graça.

- De ignorância, de fragilidade e de malícia – É pelo fator interno que induz a pecar. A ignorância e a fragilidade diminuem a vontade; e a malícia, que são aqueles pecados que nascem da má vontade.

- Carnais e espirituais: Que tende desordenadamente a um bem sensível (a luxúria) ou espiritual (a soberba). Em si os espirituais são mais graves; todavia os pecados carnis são mais atraentes de modo imediato.

- De comissão e de omissão: cada pecado comporta a realização de um ato desordenado: se isto se traduz em uma ação, se chama pecado de comissão; se invés o ato voluntário se traduz no omitir qualquer coisa, de devida, se chama omissão.

– Distinção específica e numérica dos pecados

São especificamente distintos os pecados cometidos contra as virtudes e preceitos diversos; por exemplo, o homicídio é um pecado especificamente diferente do furto. A distinção numérica indica a quantidade dos pecados de certo tipo que são cometidos.

5- As Causas do pecado

1) Causa remota e próxima

O conceito de pecado, como mau moral, implica a procedência de uma causa livre. No homem é possível distinguir uma causa remota e uma causa próxima do pecado, sendo que a causa remota é o defeito natural do homem e a concupiscência subsequente ao pecado; a causa próxima é a malícia da vontade.

2) Os pecados e vícios capitais.

São chamados vícios os hábitos operativos moralmente mal, que são, portanto, oposto às virtudes. Os vícios se desenvolvem sobre um plano intelectual, afetivo e dispendo um papel análogo, um sentido oposto àquele desenvolvimento das virtudes.

Os vícios consolidam o modo errado de sentir, de julgar, apreciar as coisas e as pessoas, que dão origem a escolhas moralmente malvadas. Os vícios são qualidades livremente adquiridas que tem em si mesmo um valor moral negativo, enquanto constitui um forte obstáculo para o homem realizar uma conduta congruente com o seguimento de Cristo.

São Gregório Magno elenca em sete pecados os vícios capitais, que vem de caput, a cabeça como parte diretiva de todo o corpo. São hábitos que pela sua característica como fonte e princípio de outros pecados.

a) A vanglória ou amor desordenado da própria excelência.

- b) Avareza ou amor desordenado dos bens exteriores.
- c) Luxúria d) gula, que derivam de um amor desordenado, um prazer sensível.
- e) A preguiça, que é a fuga do esforço necessário para obter o bem moral ou espiritual.

f) A inveja, que é a tristeza pelo bem do outro considerado como mau próprio ou também o desejo e alegria pelo mal do outro.

g) Ira ou intolerância di fronte a contrariedade. (Cat. n. 1866).

3) A tentação é a instigação ao mal moral maquiado de bem para enganar a vontade. Os tipos de tentação: do mundo, pervertido pelo pecado; do demônio e da carne, que leva ao pecado da concupiscência.

4) Ocasões de pecado: São as circunstancias exteriores que se apresentam mais ou menos voluntariamente e supõem uma tentação ao pecado.

A ocasião pode ser: próxima, quando o perigo é sério, e remota, quando o perigo é leve; absoluta, quando uma pessoa normal sente este perigo, e relativa, quando é perigoso para algumas pessoas; continua e descontinua, se é habitualmente presente; Livre, quando se coloca em ocasião dependente da vontade, e necessária; grave ou leve.

Efeitos do pecado:

- Exclusão da amizade divina, aversão a Deus. O pecado grave priva a habitação da Santíssima Trindade na alma em graça.

- Contradição por parte do homem, a mais profunda verdade e o seu verdadeiro bem.

A cooperação com o Mal:

É a realização de um ato que de qualquer modo ajuda o próximo a cumprir uma ação imoral da qual este último permanece o autor principal.

- A cooperação ao mal pode ser querida diretamente ou por livre iniciativa, cooperação formal ao mal; e uma ação que por qualquer razão se deve cumprir, cooperação material ao mal.

- A cooperação material ao mal pode ser de uma parte, imediata ou direta, ou também, mediata ou indireta e próxima ou remota.

a) acontece a cooperação material imediata ou direta quando se ajuda outra pessoa a realizar a ação maldosa; exemplo: ajudar um ladrão a roubar mesmo se não aprova o furto; o exemplo da enfermeira.

b) Acontece a cooperação material mediata ou indireta quando se coloca a disposição um instrumento que o outro empregará para fazer o mal; exemplo: vender um vinho a uma pessoa que utilizará para se alcoolizar-se.

c) Acontece a cooperação próxima ou remota dependendo da disposição física ou moral, entre a ação de quem coopera e aquela do autor principal. Exemplo: um diretor de um banco que concede um empréstimo a uma revista que fomenta comportamentos imorais coopera de um modo próximo; quem deposita seu dinheiro neste banco que concede também este tipo de empréstimo coopera remotamente. Ex: "Criança Esperança".

- A cooperação material imediata é sempre próxima; a cooperação material mediata pode ser próxima ou remota.

- A cooperação formal ao mal é sempre ilícita. A cooperação material ao mal, em termos gerais, é também moralmente ilícita, porque o bem da pessoa humana, considerada também na dimensão social, não só requer que alguém aja segundo a reta razão, mas que faça de modo que se de, por quanto depende dele, a condição favorável para o bem de todos os outros, ajudando e contribuindo na medida da própria possibilidade.

As causas que motivam a crise do pecado em nosso tempo

- a) O relativismo cultural e ético
- b) Alguns setores da psicologia atual – Pretende negar a realidade do pecado com o fim de não traumatizar a consciência dos indivíduos. Propõem uma moral sem pecado para libertar o homem do sentido de culpa.
- c) A confusão entre moralidade e legalidade – Em uma sociedade regulada por tantas leis, tende a ter como bom aquilo que é permitido pela lei e como mau aquilo que é proibido.
- d) O secularismo – É evidente que uma concepção religiosa da existência facilita a valorização do pecado, ao passo que a perda do sentido religioso conduz a negá-lo. O pecado é reduzido ao que é considerado delito.
- e) Perda do sentido do pecado.

Este sentido tem a sua raiz na consciência moral do homem e é como que o seu termómetro. Anda ligado ao *sentido de Deus*, uma vez que deriva da consciência da relação que o homem tem com o mesmo Deus, como seu Criador, Senhor e Pai. E assim como não se pode apagar completamente o sentido de Deus nem extinguir a consciência, também não se dissipa nunca inteiramente o sentido do pecado.

Porquê este fenómeno no nosso tempo? Uma vista de olhos de algumas componentes da cultura contemporânea pode ajudar-nos a compreender a atenuação progressiva do sentido do pecado, exactamente por causa da crise da consciência e do sentido de Deus, acima realçada.

O «secularismo», que, pela sua própria natureza e definição, é um movimento de ideias e de costumes, o qual propugna um humanismo que abstrai de Deus totalmente, concentrado só no culto do empreender e do produzir e arrastado pela embriaguez do consumo e do prazer, sem preocupações com o perigo de «perder a própria alma», não pode deixar de minar o sentido do pecado. Reduzir-se-á este último, quando muito, àquilo que ofende o homem. Por isso, é a realidade de Deus, que desvenda e ilumina o mistério do homem. É inútil, pois, esperar que ganhe consistência um sentido do pecado, no que respeita ao homem e aos valores humanos, quando falta o sentido da ofensa cometida contra Deus, isto é, o verdadeiro sentido do pecado.

Desvanece-se este sentido do pecado na sociedade contemporânea também pelos equívocos em que se cai ao apreender certos resultados das ciências humanas. Com base nalgumas afirmações da psicologia, a preocupação de não tachar alguém como culpado nem pôr freio à liberdade leva a nunca reconhecer uma falta. Por indevida extrapolação dos critérios da ciência sociológica acaba-se — como já aludi — por descarregar sobre a sociedade todas as culpas, de que o indivíduo é declarado inocente. E uma certa antropologia cultural, por seu lado, à força de aumentar os condicionamentos e influxos ambientais e históricos, aliás inegáveis, que agem sobre o homem, limita-lhe tanto a responsabilidade que não lhe reconhece já a capacidade de fazer verdadeiros actos humanos e, por consequência, a possibilidade de pecar.

O sentido do pecado decai facilmente, ainda, sob a influência de uma ética que deriva dum certo relativismo historicista. Pode tratar-se da ética que relativiza a norma moral, negando o seu valor absoluto e incondicionado e negando, por consequência, que possam existir actos intrinsecamente ilícitos, independentemente das circunstâncias em que são realizados pelo sujeito.

Esvai-se, por fim, o sentido do pecado quando — como pode acontecer no ensino aos jovens, nas comunicações de massa e na própria educação familiar — esse sentido do pecado é erroneamente identificado com o sentimento morboso da culpa ou com a simples transgressão das normas e preceitos legais.

A perda do sentido do pecado, portanto, é uma forma ou um fruto da *negação de Deus*: não só da negação ateísta, mas também da negação secularista. Se o pecado é a interrupção da relação filial com Deus para levar a própria existência fora da obediência a ele devida, então pecar não é só negar Deus; pecar é também viver como se ele não existisse, bani-lo do próprio quotidiano.